G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e João Miguel Estephanio

Segurança energética e fragmentação política: o que esperar para a próxima reunião de finanças do G20?

Seguridad energética y fragmentación política: ¿qué cabe esperar de la próxima reunión del G-20 sobre finanzas?

Energy security and political fragmentation: What can we expect from the next G20 finance meeting?

Resumo. O informe analisa a próxima reunião de finanças do G20 em Washington, destacando a prioridade da segurança energética frente às tensões no Irã. O texto aborda a exclusão da África do Sul, a estreia internacional do novo ministro da Fazenda do Brasil e o agravamento das cisões internas do bloco diante da crescente instabilidade geopolítica global.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Cúpula da Saúde Única; Cooperação Internacional.

Resumen. *El informe analiza la próxima reunión del G-20 sobre finanzas que se celebrará en Washington, y destaca la prioridad de la seguridad energética ante las tensiones en Irán. El texto aborda la exclusión de Sudáfrica, el debut internacional del nuevo ministro de Finanzas de Brasil y el agravamiento de las divisiones internas del bloque ante la creciente inestabilidad geopolítica mundial.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EUA; Una Sola Salud; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The report analyzes the upcoming G20 finance meeting in Washington, highlighting the priority of energy security amid tensions in Iran. The article discusses South Africa's exclusion, the international debut of Brazil's new finance minister, and the deepening internal divisions within the group in the face of growing global geopolitical instability.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; One Health Summit; International Cooperation.*

A presidência dos Estados Unidos no G20 mantém o padrão de silêncio institucional observado nos meses anteriores, concentrando agora suas expectativas no encontro de ministros de finanças e governadores de bancos centrais que ocorrerá em Washington no dia 16. Esta reunião, realizada às margens dos encontros de primavera do Fundo Monetário

Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), reforça a centralidade da pauta econômica nesta nova fase do fórum, que busca restaurar o que define como sua missão original de promover a prosperidade global por meio de resultados práticos e simplificados. Embora o cronograma oficial detalhado dos debates ainda não tenha sido divulgado, as prioridades estratégicas de Washington para o G20, focadas na desregulamentação econômica, na segurança e abundância energética e no desenvolvimento tecnológico, servem como ponto de partida para os consensos técnicos buscados pela gestão.

Este redirecionamento para uma ortodoxia financeira e energética ocorre em um ambiente de fragmentação política sem precedentes dentro do grupo, consolidada agora pela confirmação de que a África do Sul não participará do encontro na capital estadunidense. Em declarações à Bloomberg, o ministro da pasta, Enoch Godongwana, se pronunciou sobre o assunto: “Somos membros do G20; no entanto, os EUA não nos credenciaram, o que significa que a África do Sul não fará parte do G20 durante todo este ano”. Este revés diplomático entre as duas nações se estende desde o ano passado e é motivado por uma série de desavenças políticas e ideológicas que se intensificaram após as acusações infundadas de Trump de que o país estaria cometendo um genocídio contra a população branca e pelo processo movido por Pretória contra Israel na Corte Internacional de Justiça. A ausência dos líderes financeiros sul-africanos e o esvaziamento de sua representatividade no fórum sob liderança norte-americana solidificam, assim, a ruptura com o legado de inclusão do Sul Global e reforçam a percepção de uma governança que prioriza o alinhamento político em detrimento da cooperação multilateral tradicional do bloco.

Neste ambiente de tensões, o Brasil ajusta sua participação ao enviar o novo ministro da Fazenda, Dario Durigan, em sua primeira viagem oficial ao exterior após assumir o cargo, em substituição a Fernando Haddad. A agenda brasileira em Washington busca equilibrar o foco técnico da presidência atual com pautas estratégicas nacionais, como a reforma tributária global, a transição energética e o fortalecimento das instituições multilaterais. O governo brasileiro pretende utilizar o espaço para reforçar a necessidade de um sistema financeiro internacional que contemple o desenvolvimento sustentável, tentando atuar como uma ponte técnica em um fórum que se encontra cada vez mais polarizado. Para além dos fóruns multilaterais, a programação inclui encontros bilaterais com a Alemanha e a Espanha. Por enquanto, o ministro não tem reuniões confirmadas com autoridades do governo dos Estados Unidos, apesar das tratativas em curso para conciliar as agendas.

A par dessa articulação diplomática, fontes da equipe econômica brasileira indicam que a agenda do ministro encontra-se bastante restrita devido à alta demanda por diálogos com a nova chefia da Fazenda no contexto global atual. Existe uma preocupação latente, especialmente entre os países europeus, com o potencial agravamento do conflito no Golfo Pérsico e com as mudanças estruturais no cenário internacional desde o último encontro do FMI e do Banco Mundial em outubro do ano passado. Paralelamente, os Estados Unidos têm pressionado os membros do G20 por apoio político, o que torna o ambiente das reuniões de finanças ainda mais conturbado e complexo. Os debates serão conduzidos sob o pano de fundo de novos confrontos que se somam às crises persistentes na Ucrânia e em Gaza, elevando o nível de dificuldade para a obtenção de qualquer declaração conjunta. Se o G20 já enfrentava dificuldades de coordenação devido às cisões internas, a emergência de novos pontos de atrito no Irã agrava ainda mais a paralisia decisória e coloca em xeque a eficácia do fórum como o principal espaço de cooperação econômica mundial. O consenso e uma declaração conjunta, portanto, estão longe de ser esperados.

É válido pontuar que essa conjuntura de instabilidade e o impacto imediato na volatilidade dos preços do petróleo acabam por conferir uma urgência estratégica ao pilar de segurança energética estabelecido por Washington para o fórum neste ano. A prioridade de desbloquear cadeias de suprimento de energia acessíveis, abundantes e seguras é apresentada pela presidência estadunidense como o fundamento indispensável para o crescimento econômico e para a segurança nacional. Nesse sentido, o governo norte-americano busca fortalecer a independência energética e a resiliência das redes de fornecimento para assegurar que as fontes de energia atendam à crescente demanda global e garantam a estabilidade dos mercados, sem necessariamente incluir energias limpas e renováveis nesse mix. Diante da ameaça às rotas comerciais e ao fornecimento de combustíveis, especialmente com a fragilidade do acordo de cessar-fogo entre os países e as incertezas sobre a reabertura do Estreito de Ormuz, essa agenda de abundância energética ganha contornos de defesa estratégica, justificando o foco técnico da gestão em assegurar mercados estáveis. É esperado, portanto, que esse assunto tenha centralidade nas discussões dos próximos dias e cabe saber como os Estados Unidos mobilizarão essa pauta e como os demais países do bloco reagirão.

Referências

BLOOMBERG. South Africa confirms it won't attend the G20 in Washington. Bloomberg, [S. l.], 12 abr. 2026. Disponível em: https://www.bloomberg.com/news/articles/2026-04-12/south-africa-confirms-it-won-t-attend-the-g20-in-washington. Acesso em: 13 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Ministro da Fazenda cumpre agenda internacional nos EUA e Europa com foco em reforma tributária global e economia verde. Brasília, DF, 10 abr. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2026/abril/ministro-da-fazenda-cumpre-agenda-internacional-nos-eua-e-europa-com-foco-em-reforma-tributaria-global-e-economia-verde. Acesso em: 13 abr. 2026.

BUSINESSTECH. United States delivers another blow to South Africa. BusinessTech, [S. l.], 2026. Disponível em: https://businesstech.co.za/news/government/856887/united-states-delivers-another-blow-to-south-africa/. Acesso em: 13 abr. 2026.

CORREIO BRAZILIENSE. Ministro da Fazenda se prepara para primeira viagem ao exterior. Correio Braziliense, Brasília, DF, 11 abr. 2026. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2026/04/7395132-ministro-da-fazenda-se-prepara-para-primeira-viagem-ao-exterior.html. Acesso em: 13 abr. 2026.

DEVDISCOURSE. Diplomatic dispute: South African finance leaders snub G20 meeting. Devdiscourse, [S. l.], 11 abr. 2026. Disponível em: https://www.devdiscourse.com/article/law-order/3871421-diplomatic-dispute-south-african-finance-leaders-snub-g20-meeting. Acesso em: 13 abr. 2026.

G20. G20 United States: Priorities for the 2026 Presidency. Washington, DC, 2026. Disponível em: https://g20.org/g20-united-states/. Acesso em: 13 abr. 2026.

Cúpula One Health do G7: valorização da ciência e cooperação internacional para enfrentar desafios globais em saúde.

Cumbre One Health del G7: valoración de la ciencia y la cooperación internacional para enfrentar los desafíos globales en salud.

G7 One Health Summit: recognizing science and international cooperation to address global health challenges.

Resumo. A Cúpula One Health do G7 reuniu especialistas, parceiros e líderes globais para fortalecer a integração entre saúde humana, animal e ambiental. O evento destacou a importância da ciência, do compartilhamento de dados e da cooperação internacional diante de ameaças como pandemias, resistência antimicrobiana e mudanças climáticas.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Cúpula da Saúde Única; Cooperação Internacional.

Resumen. *La Cumbre One Health del G7 reunió a expertos, socios y líderes globales para fortalecer la integración entre la salud humana, animal y ambiental. El evento destacó la importancia de la ciencia, el intercambio de datos y la cooperación internacional frente a amenazas como pandemias, resistencia antimicrobiana y cambio climático.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EUA; Una Sola Salud; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The G7 One Health Summit brought together experts, partners, and global leaders to strengthen the connection between human, animal, and environmental health. The event highlighted the importance of science, data sharing, and international cooperation in addressing threats such as new pandemics, antimicrobial resistance, and climate change.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; One Health Summit; International Cooperation.*

Ocorreu em Lyon, entre os dias 5 e 7 de abril, a Cúpula One Health do G7. Na ocasião, 700 participantes estiveram reunidos para discutir saúde global culminando em 47 recomendações feitas por 300 especialistas (FRANÇA, 2026). Sob a temática “One Health, One Science”, a presidência francesa lança luz à importância da ciência na criação de políticas públicas de enfrentamento aos desafios complexos, que entrelaçam seres humanos, animais e meio ambiente. A pandemia de Covid-19 foi a experiência humana mais recente que provou a urgência em colaborar e convergir estratégias globais e nacionais a fim de uma abordagem One Health. Desde então, a abordagem vem sendo discutida e incorporada em diversas iniciativas.

Ao abrir a cúpula da saúde, o presidente francês Emmanuel Macron cita evidências da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) de que “75% das doenças infecciosas emergentes vêm dos animais, e esse dado é justificativa suficiente para esta reunião”. Macron continuou a destacar a relevância de uma abordagem mais integrada para o mundo atual. “Em um momento em que os desafios da saúde global exigem mais coordenação do que nunca, enfrentamos uma situação internacional que está fragmentando essa coordenação”, afirmou em seu discurso de abertura. Diante de “guerras, divisões, redução de contribuições e dúvidas

expressas por alguns sobre nossa organização coletiva", o presidente francês procurou enfatizar a importância da "cooperação internacional e interdisciplinar".

A Cúpula foi estruturada em quatro pilares estratégicos, sendo eles:

1. Diante do surgimento de doenças infecciosas, a prioridade um é a prevenção primária e a vigilância local integrada, com parceria entre cientistas e população em geral. Aqui, fala-se da importância no compartilhamento de dados.
2. É uma prioridade lidar com o enfrentamento da resistência antimicrobiana de forma transversal, incluindo reconhecimento de fatores ambientais e agrícolas, em uma metarrede internacional de práticas sustentáveis;
3. É uma prioridade combater a poluição por meio da adoção da abordagem "*safe-by-design*" em acordos de produção, impondo transparência de composição e mitigação direta na fonte;
4. A transição para a sustentabilidade alimentar requer apoio à agroecologia e reconectar a nutrição com a segurança em saúde, de forma a respeitar as vulnerabilidades sociais locais.

De antemão, a Cúpula organizada sob a presidência francesa trouxe anúncios de inúmeras iniciativas em seu documento oficial final. É possível reconhecer uma agenda ambiciosa em resposta à proliferação de ameaças transmitidas por vetores, como dengue e chikungunya; o combate à resistência antimicrobiana (RAM), com medicamentos como antibióticos se tornando menos eficazes contra infecções; os sistemas alimentares sustentáveis; e a poluição ambiental, especialmente por plásticos. Observa-se a ênfase na coordenação de ações entre diferentes setores e a participação ampliada no evento. Dentre os tópicos discutidos estão o fortalecimento das capacidades de laboratório, vigilância e detecção precoce para antecipar e estar mais preparado para futuras crises. Raiva, arboviroses e influenza aviária são exemplos nesse contexto (FRANÇA, 2026).

Iniciativas anunciadas

Dentre as prioridades do evento estava a discussão de compromissos sobre compartilhamento de dados em saúde. Destacamos algumas iniciativas relevantes anunciadas no documento final gerado pelo evento. Uma delas foi a assinatura da Declaração de Intenção para a Convergência de Dados One Health. Mais de 30 parceiros, incluindo governos (como Camboja, República Democrática do Congo, Egito, Quênia, México, Singapura, Espanha, Tailândia, Tunísia e Reino Unido, entre outros), organizações internacionais e regionais (CDC África, CGIAR, FAO, OMS e WOAH) e outras entidades internacionais, incluindo a iniciativa PREZODE, comprometeram-se a facilitar o compartilhamento de informações e a análise de bases de dados entre todos os setores, em apoio às políticas públicas e ao desenvolvimento de indicadores comuns (FRANÇA, 2026).

A PREZODE é a sigla para uma iniciativa lançada pela França, em 2021, intitulada *Preventing Zoonotic Disease Emergence* com o objetivo de prevenção de futuras pandemias. Reune mais de 280 membros em 90 países e, na ocasião da Cúpula, publicou um relatório com resultados dos últimos cinco anos de atuação. Destacamos sua expansão, que agora inclui oito novos países, novos parceiros e instituições científicas, incluindo a Fiocruz, no objetivo de reforçar ações de prevenção de doenças zoonóticas e integrar sistemas nacionais.

Diversas outras iniciativas adicionais foram anunciadas para fortalecer a segurança sanitária na abordagem One Health, com ênfase na cooperação internacional, no compartilhamento de dados e na produção de conhecimento aplicado. Nesse sentido, foi anunciada a Chamada Global para Pesquisa One Health (UNESCO, FAO, WOAH e OMS), que incentiva projetos de colaboração científica interdisciplinar e o fortalecimento de capacidades para transformar evidências em políticas públicas e resposta operacional.

Além disso, foram lançadas iniciativas voltadas ao desenvolvimento de tecnologias em saúde, como a Coalizão Internacional para Desenvolvimento de Terapêuticas da UNITAID, destinada facilitar o desenvolvimento e o acesso a novas terapias para famílias de vírus com alto potencial pandêmico identificadas pela OMS. Houve também a ampliação dos *Collaborative Open Research Consortia* (CORC) da OMS, que impulsiona pesquisa e desenvolvimento em patógenos com potencial pandêmico (FRANÇA, 2026).

Destacamos também iniciativas que integram o desenvolvimento da inteligência artificial a fim de solucionar os problemas em saúde. Um exemplo disso foi o anúncio, por parte de Botsuana, da implementação do *Smart Village One Health Intelligence*, um sistema nacional soberano de vigilância One Health com uso de inteligência artificial, acessível em comunidades rurais. Implantado por meio de estruturas solares conectadas por satélite nas aldeias, o sistema fortalece a vigilância de epidemias animais (especialmente da febre aftosa, uma grande preocupação econômica para a pecuária), oferece aconselhamento agronômico incorporando conhecimentos tradicionais e amplia o acesso ao mercado para pequenos produtores (FRANÇA, 2026).

Na mesma esteira, tem-se também a nova iniciativa da *Coalition for Epidemic Preparedness Innovations* (CEPI) para desenvolvimento de vacinas seguras e eficazes contra vírus emergentes em até 100 dias. Esse compromisso incluirá uma futura ferramenta de inteligência artificial, VISTA, desenvolvida em colaboração com o UC Davis Health e utilizando dados da Boston University. O projeto, no valor de 1 milhão de dólares e financiado pela CEPI, irá classificar vírus com risco de *spillover* de animais para humanos, com potencial para desencadear a próxima pandemia (FRANÇA, 2026).

A França anunciou que está lançando um Observatório Global One Health sobre microbiomas, com meta para 2030 de coletar um milhão dessas comunidades de microrganismos, essenciais para funções como a saúde intestinal. Liderado pelo INRAE, com o VIB-KU Leuven e coordenado pela World Microbiome Partnership, o observatório irá facilitar o desenvolvimento de indicadores de saúde, programas de pesquisa e novas soluções baseadas em microbiomas. A longo prazo, o objetivo é compreender melhor o papel dos microbiomas na saúde global para além da saúde humana (incluindo solo, oceanos e agroecossistemas) e construir uma referência científica internacional. Armênia, Camboja, Chipre, Egito, Alemanha, Itália, Japão, México, Singapura, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, entre outros países já aderiram à iniciativa (FRANÇA, 2026).

O tema da resistência antimicrobiana (RAM) também teve grande espaço. A eficácia dos antibióticos vem sendo desafiada devido a uma resistência cada vez maior dos patógenos aos tratamentos. O acesso a diagnósticos essenciais em saúde humana, animal e ambiental é

tão importante quanto pensar seu uso adequado e o incentivo à inovação, direcionando respostas e reduzindo o uso indevido de antibióticos (FRANÇA, 2026).

A presidência francesa do G7 também lançou um pacto internacional para preservar a eficácia dos antibióticos como parte do enfrentamento da RAM. O pacto já conta com 18 Estados (Armenia, Botsuana, Camboja, Chipre, República Democrática do Congo, Egito, Guiné, Indonésia, Quênia, México, Singapura, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Tunísia e Reino Unido) e seis organizações (Africa CDC, CGIAR, OCDE, OMS, WOAH e UNICEF), alinhadas a metas comuns de marcos internacionais existentes: reduzir o uso indevido de antibióticos em todos os setores e garantir acesso justo e sustentável a tratamentos essenciais até 2030. No setor pecuário, esses parceiros atuarão em conjunto para proibir o uso de antimicrobianos como promotores de crescimento (FRANÇA, 2026). Ainda, teve o lançamento, pela França, da metarrede internacional sobre RAM, que irá coordenar os principais fundos permanentes e redes de pesquisa.

O evento também contou com o lançamento de iniciativas no âmbito público-privado, como a GO-Dx – *Global One Health Diagnostics Access Compact* (Acordo Global de Acesso a Diagnósticos One Health, na tradução da autora). É fruto de uma parceria que envolve mais de 20 organizações, incluindo a Fleming Initiative, a Fundação Novo Nordisk, a Ceva, a African Society for Laboratory Medicine e a Bavarian Nordic. A iniciativa tem como objetivo de "Acelerar o acesso previsível, acessível, equitativo e sustentável a diagnósticos de alta qualidade, que possibilitem tratamentos precisos, o uso responsável de antibióticos, a prevenção e o controle de infecções, a vigilância e o alerta precoce no âmbito da abordagem One Health; fortalecer os sistemas de saúde; e mitigar a resistência antimicrobiana (RAM)" (BIOMÉRIEUX, 2026). O acordo estabelece quatro áreas prioritárias de ação:

1. Expandir o acesso a diagnósticos de alta qualidade em diferentes regiões e níveis de atenção à saúde;

2. Fortalecer a governança e garantir o uso adequado de diagnósticos e antibióticos;

3. Aumentar o investimento em pesquisa e desenvolvimento, especialmente em contextos com poucos recursos;

4. Melhorar a forma como os diagnósticos são valorizados e integrados aos sistemas de saúde.

Quanto ao financiamento

A Cúpula fomentou um espaço para que fossem firmados grandes compromissos financeiros. Dentre as iniciativas tomadas, destacamos algumas a seguir. A Comissão Europeia afirmou reservar US$ 820 milhões ao Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, com um aporte inicial de US$ 216 milhões. Também comprometeu US$ 54,4 milhões para uma parceria conjunta em segurança da saúde entre *European Centre for Disease Control and Prevention* (ECDC), CDC África e Autoridade Europeia de Segurança Alimentar. A Comissão Europeia também firmou investimentos adicionais em resistência antimicrobiana em cerca de US$ 35 milhões e pesquisas sobre dengue em cerca de US$ 25 milhões (FRANÇA, 2026).

O Fundo Verde para o Clima (GCF), o CDC África e o Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária anunciaram um compromisso de US$ 3,96 milhões para apoiar o desenvolvimento de um programa de US$ 166 milhões para construção de sistemas de saúde resilientes ao clima em três países do continente africano: Burundi, República Democrática do Congo e Guiné-Bissau.

A Fundação Aga Khan, organização não-governamental que atua em 18 países na África, Ásia, Europa, Oriente Médio e América do Norte, está dobrando seu compromisso financeiro e concederá cerca de US$ 100 milhões ao longo dos próximos cinco anos (2026–2031) para combater a desnutrição e fortalecer os sistemas alimentares de comunidades vulneráveis na Ásia, África e Oriente Médio.

O Banco Mundial anunciou US$ 750 milhões para programas One Health nos próximos dois anos, incluindo implementação de programas de saúde regionais na África central e ocidental em parceria com a iniciativa internacional PREZODE (FRANÇA, 2026).

A Gavi sinalizou que solicitará ao conselho até US$ 200 milhões para apoiar a produção de vacinas na África (HEALTH POLICY WATCH, 2026). A Gavi já havia prometido US$ 1 bilhão para o *African Vaccine Manufacturing Accelerator* (AVMA), com o objetivo de promover a produção comercial de vacinas no continente. A organização também está destinando US$ 380 milhões para um mecanismo de resiliência para garantir que a imunização esteja no centro da resposta a crises em contextos frágeis, intitulado *Gavi Resilience Mechanism* (HEALTH POLICY WATCH, 2026).

O Fundo para Pandemias anunciou uma chamada de projetos voltada para 15 países que enfrentam desafios socioeconômicos significativos. Com um aporte de até US$ 244 milhões, esse novo orçamento pretende apoiar o fortalecimento de capacidades em prevenção, preparação e resposta a pandemias (FRANÇA, 2026).

Mais tarde, durante a cúpula, a empresa sul-africana de medicamentos genéricos Aspen anunciou que pretende obter a pré-qualificação de duas vacinas infantis, a hexavalente e a pneumocócica, e iniciar sua produção no continente até o final do ano. A empresa começará a produzir insulina humana em parceria com a Novo Nordisk até maio, com o objetivo de enfrentar o crescimento “alarmante” do diabetes tipo 2 (HEALTH POLICY WATCH, 2026).

A participação da sociedade civil na implementação da abordagem One Health recebeu bastante protagonismo devido seu papel fundamental como ponte entre compromissos internacionais e realidades locais e à sua expertise de atuação junto às comunidades. O evento também anunciou a nova iniciativa filantrópica do G7 (F7), posicionando as organizações filantrópicas como parceiras-chave na promoção de soluções integradas nas áreas de saúde, meio ambiente e desenvolvimento (FRANÇA, 2026).

O protagonismo das mudanças climáticas na abordagem One Health

O tema das mudanças climáticas voltou a ser central numa reunião protagonizada pelo G7 após o apagamento da agenda na presidência canadense em 2025. Vivemos hoje num mundo cada vez mais interconectado, com expansão populacional, urbanização, comércio, transporte, modelos insustentáveis de produção e consumo, mudança no uso da terra,

mudanças climáticas, intensificação dos sistemas alimentares e perda de biodiversidade e habitat (BRASIL, s.d.). A globalização e, especialmente das mudanças climáticas, causam impactos na transmissão e na distribuição geográfica de doenças zoonóticas, gerando disrupção nos sistemas de saúde e serviços de imunização (FRANÇA, 2026).

O presidente de Gana, John Dramani Mahama, foi convidado a copresidir o evento. Na oportunidade, fez um apelo por ações globais urgentes e coordenadas. Destacou o crescente impacto das mudanças climáticas, da degradação ambiental e da poluição nos sistemas globais de saúde, frisando que esses desafios estão interconectados e além de fronteiras. Segundo Mahama, esses eventos estão impulsionando o aumento de surtos de doenças, interrompendo sistemas alimentares e ameaçando meios de subsistência, especialmente em regiões vulneráveis (GANA, 2026).

Na sua fala, trouxe a experiência de Gana, que vem sofrendo com a mineração ilegal. Segundo o líder: “Em Gana, uma praga de doenças e pestes afeta pequenos produtores de cacau, ameaçando milhões de famílias. A mineração ilegal de ouro leva à degradação das florestas e à poluição de nossos corpos d’água, ameaçando a sobrevivência de populações valiosas de aves e insetos essenciais para nossa biodiversidade. E a base de todas essas crises é o fenômeno das mudanças climáticas” (HEALTH POLICY WATCH, 2026).

Para Mahama, a abordagem One Health não é apenas um conceito teórico, mas uma necessidade prática, especialmente no contexto africano. Segundo o presidente, há uma relação historicamente enraizada entre as populações e o meio ambiente: “Na África, tradicionalmente vivíamos em harmonia com a natureza. Somos parte integrante dela. Mais de 50% da nossa população depende de ervas e outros recursos naturais das florestas para seus medicamentos”. O presidente ainda complementa que a “sobrevivência humana, o bem-estar animal e a saúde das plantas, junto com o cuidado ambiental, formam um único sistema interconectado” (GANA, 2026).

Em reforço, o presidente de Botsuana, Duma Gideon Boko, também destacou os efeitos já visíveis das mudanças climáticas sobre os territórios e infraestruturas nacionais: “Agora começamos a vivenciar inundações até mesmo em áreas que eram desérticas. Isso é muito estranho e tem comprometido nossa infraestrutura resiliente ao clima” (GANA, 2026). Com esse relato, Boko evidencia a intensificação de fenômenos extremos e a crescente imprevisibilidade climática: Esses relatos reforçam a importância da Cúpula em ampliar as diferentes vozes do Sul Global e consolidar a abordagem One Health como eixo estruturante das políticas globais, em um cenário em que crises ambientais, sanitárias e socioeconômicas se retroalimentam.

Inclusão das questões de gênero

Podemos observar a retomada do olhar para questões de gênero nas discussões promovidas pelo G7, especialmente na área da saúde. A Women7, grupo de engajamento do G7 composto por mais de 250 organizações da sociedade civil de 60 países que defendem os direitos de mulheres e meninas, publicou uma carta aberta pedindo que a igualdade de gênero seja colocada em posição central na agenda One Health, a fim de fortalecer a eficácia e a equidade das políticas de saúde. Segundo o grupo crises também são moldadas pelas condições

sociais, econômicas e ambientais desiguais em que as pessoas vivem. Sendo assim, é de suma importância que haja inclusão de questões de gênero e de abordagens feministas na governança, na pesquisa e nos programas One Health, com o objetivo de reduzir desigualdades geradas pelos determinantes sociais.

No documento principal gerado ao fim do evento, a França declarou apoio ao movimento, em consonância com sua política externa feminista e suas estratégias globais de saúde. Segundo o texto, mais de 300 entidades signatárias, juntamente com a França, decidiram promover esse compromisso (FRANÇA, 2026).

Coalizão Global para a Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo

A Coalizão Global para a Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, na qual a Fiocruz é Secretaria-Executiva, esteve presente no evento. Foi representada por Marco Nascimento, que pediu ações urgentes e coordenadas para ampliar o acesso a tecnologias de saúde relacionadas à dengue. Segundo o representante, é necessário passar "da discussão para a ação" diante de surtos de dengue cada vez mais frequentes e complexos. Na oportunidade, a Coalizão aproveitou para reforçar o lançamento, há duas semanas, da Primeira Chamada de Propostas, focada na dengue como um desafio prioritário de saúde global. A Coalizão participou de três discussões sobre One Health, doenças zoonóticas e cooperação global em saúde, incluindo:

- Participação no evento "Avançando a resposta à dengue por meio da One Health", coorganizado com a Rede Pasteur e a iniciativa Drugs for Neglected Diseases;
- Participação em sessões temáticas sobre reservatórios zoonóticos e vetores;
- Sessão de alto nível sobre a Coalizão no Grupo de Trabalho de Saúde do G7 (GLOBAL COALITION, 2026).

A iniciativa é um resultado da presidência brasileira do G20 e foi firmada na assinatura da Carta de Genebra, em 20 de maio de 2025, durante a 78ª Assembleia Mundial da Saúde. O objetivo é colocar em pauta questões emergentes e desafios interconectados: a concentração da capacidade de ciência, P&D e de produção nas áreas de ciências da vida, tecnologia e saúde, em um pequeno número de países; cadeias de suprimentos frágeis; assimetrias regulatórias; e integração limitada entre inovação, produção e acesso, particularmente em países de baixa e média renda (FIOCRUZ, 2026).

Contradições e tensões

Algumas tensões puderam ser identificadas no decorrer do evento. Dentre os pilares prioritários do evento está a transição para a sustentabilidade alimentar através do apoio à agroecologia. Um dos simpósios no âmbito do evento recomendou "repensar a agricultura e a alimentação por meio da agroecologia", termo que a ministra da Agricultura da França, Annie Genevard, evitou endossar (LE MONDE, 2026). Diversos participantes destacaram a urgência de reduzir subsídios prejudiciais ao meio ambiente e apontaram que algumas soluções exigem uma agricultura menos intensiva. A União Internacional para a Conservação da Natureza citou, por exemplo, o Delta do Mekong, devastado por três colheitas anuais de arroz, onde o retorno a

práticas agrícolas mais sustentáveis melhorou a renda e a resiliência da região (LE MONDE, 2026).

Quanto ao tema dos alimentos ultraprocessados, cujos impactos à saúde vêm sendo amplamente discutidos, parece haver um maior avanço no discurso do que propriamente em políticas públicas concretas. No documento, a França declara reconhecer as preocupações com os ultraprocessados e a necessidade de estabelecer uma definição padronizada, apoiar pesquisas e trabalhos internacionais em andamento para a implementação de políticas no tema (FRANÇA, 2026). No entanto, em matéria de compromissos concretos para além de mais estudos, poucos foram os avanços.

Por fim, apesar dos investimentos de outros parceiros no Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, a França tem demonstrado redução na contribuição ao fundo, chegando a um corte de quase 60% (RFI, 2026). Diversas organizações de referência na luta contra o HIV também destacaram essa contradição entre compromissos anunciados e financiamento efetivo. Ativistas das organizações Aides, Coalition Plus, ONE, Action Santé Mondiale e Sidaction protestaram em frente à prefeitura de Lyon, denunciando "a hipocrisia de um Estado que organiza uma cúpula global de saúde enquanto desmonta seus próprios compromissos financeiros" (LE MONDE, 2026).

Conclusão

One Health possui uma agenda fortemente baseada em dados, vigilância e inovação. Para isso se concretizar, é necessário uma alta carga de investimentos. Muitos ministros da saúde apresentaram esforços de seus países na vivência dos princípios do One Health. O ministro da saúde do Senegal, Ibrahima Sy, recordou como a epidemia de febre do Vale do Rift, que atingiu seu país no final de 2025, foi contida graças ao fortalecimento da vigilância e à cooperação transfronteiriça. Inciativas como essa, no entanto, permanecem altamente dependentes de financiamento internacional, atualmente sob ameaça (LE MONDE, 2026). Podemos notar que no que tange aos investimentos anunciados, ainda se observa o padrão de direção do recurso com origem no Norte Global e destino ao Sul Global. No entanto, observa-se também uma resiliência dos países em desenvolvimento em se mobilizarem em redes no combate às assimetrias globais.

Apesar disso, foi um evento em que se pode observar a forte articulação entre níveis locais, nacionais e globais, o que por si só segue a premissa da abordagem em dar ênfase na transdisciplinaridade e a multissetorialidade. A participação de setores públicos e privados que possuem relação com a saúde humana, animal, vegetal e/ou ambiental gerou inúmeros compromissos que podem contribuir para a saúde global, mas não substitui o papel dos Estados e Organizações Internacionais. Priya Basu, do Fundo para Pandemias, lembrou que "há 50% de chance de enfrentarmos outra pandemia semelhante à Covid-19 nos próximos 25 anos". Dessa forma, será necessário que os países depositem esforços no cumprimento, não só dos compromissos feitos na Cúpula, mas da agenda 2030 e outras metas já estabelecidas.

No contexto atual em que vivemos, de crescentes ataques à ciência, especialmente propagados pelos Estados Unidos, e de gestões anteriores do G7 em que se pisou em ovos para chegar a consensos com Donald Trump, a Cúpula One Health marcou o posicionamento da

França como defensora da ciência e pesquisa. Conforme o próprio Macron disse na abertura: “Reafirmamos que todo progresso se baseia em uma ciência livre, aberta e independente. Isso exige uma governança global totalmente transparente e uma coordenação igualmente transparente”.

A Cúpula One Health, que corresponde à nona edição das Cúpulas One Planet, contribuiu para a Presidência do G7 da França em 2026 e irá se conectar com a Cúpula África-França, que se dará em Nairóbi, Quênia, entre os dias 11 e 12 de maio de 2026. Demais eventos paralelos ligados à Cúpula continuam na França até maio, como o Festival One Health, que consiste em uma curadoria de 170 eventos organizados. O objetivo do festival é promover iniciativas One Health conduzidas por atores engajados na França e ao redor do mundo.

Referências

BIOMÉRIEUX. Global Agreement Announced at G7 One Health Summit to Accelerate Access to Diagnostics and Responses to Rising Health Threats. 2026. Disponível em: https://www.biomerieux.com/corp/en/journalists/press-releases/Global-Agreement-One-Health-Summit-Access-Diagnostics.html. Acesso em: 12 abr. 2026.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – Fiocruz. Coalizão global busca projetos sobre dengue para ampliar acesso de populações. 2026. Disponível em: https://fiocruz.br/noticia/2026/03/coalizao-global-busca-projetos-sobre-dengue-para-ampliar-acesso-de-populacoes. Acesso em: 13 abr. 2026.

FRANÇA. Presidência da República. The Lyon commitments for health for all life and the planet. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/admin/upload/default/0001/19/02bd4411055aff49c127aa2589f1a266230edeaf.pdf. Acesso em: 12 abr. 2026.

GHANA. Ministry of Foreign Affairs. President John Dramani Mahama calls for global action at One Health Summit in Lyon. 2026. Disponível em: https://mfa.gov.gh/index.php/president-john-dramani-mahama-calls-for-global-action-at-one-health-summit-in-lyon/. Acesso em: 12 abr. 2026.

GLOBAL COALITION FOR LOCAL AND REGIONAL PRODUCTION, INNOVATION AND EQUITABLE ACCESS. Global coalition drives action on dengue at One Health Summit under France’s G7 agenda. 7 abr. 2026. Disponível em: https://globalcoalitionforlocalproduction.org/global-coalition-drives-action-on-dengue-at-one-health-summit-under-frances-g7-agenda/. Acesso em: 13 abr. 2026.

HEALTH POLICY WATCH. Flurry of pledges at G7 One Health Summit. 2026. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/flurry-of-pledges-at-g7-one-health-summit/. Acesso em: 12 abr. 2026.

GÉRARD, Mathilde; ROUCAUTE, Delphine. One Health summit yields pledges on human, animal and environmental health, but lacks clear direction. Le Monde, 8 abr. 2026. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/environment/article/2026/04/08/one-health-summit-yields-pledges-on-human-animal-and-environmental-health-but-lacks-clear-direction_6752235_114.html. Acesso em: 13 abr. 2026.

RFI. France cuts funding for Global Fund to fight AIDS, TB and malaria by more than half. Radio France Internationale, 13 fev. 2026. Disponível em: https://www.rfi.fr/en/france/20260213-france-cuts-funding-for-global-fund-to-fight-aids-tb-and-malaria-by-more-than-half. Acesso em: 13 abr. 2026.

Saúde, custos e tendências: a quinzena da OCDE

Salud, costes y tendencias: el boletín quincenal de la OCDE

Health, Costs, and Trends: The OECD Biweekly

Resumo. Os destaques da OCDE se dividem entre oito variadas publicações que retomam suas atenções mais explicitamente aos temas relacionados à Saúde.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Cúpula da Saúde Única; Cooperação Internacional.

Resumen. *Entre los aspectos más destacados de la OCDE se reparten entre ocho publicaciones diversas que centran su atención de forma más explícita en temas relacionados con la salud.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EUA; Una Sola Salud; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The OECD's highlights are split between eight diverse publications that focus more explicitly on health-related topics.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; One Health Summit; International Cooperation.*

Durante o final do mês de março e início do mês de abril de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) promoveu, dentre seus múltiplos e constantes acréscimos em seu rico e acessível acervo literário eletrônico, a publicação de oito textos que retomam suas atenções mais explicitamente aos temas relacionados à Saúde. Dessarte, os mesmos são brevemente salientados e apresentados a seguir.

Intitulado *"Future long-term care expenditure trajectories across OECD countries"*, o primeiro documento a ser aqui ressaltado se preocupa em analisar os gastos públicos com cuidados de longa duração nos países da OCDE, desenvolvendo projeções dos mesmos até o ano de 2050, distinguindo entre o componente relacionado à saúde (assistência nas atividades da vida diária) e o componente de assistência social (assistência nas atividades instrumentais da vida diária). Utilizando dados de séries temporais do Sistema de Contas de Saúde da OCDE (2003–2022) e medidas de dependência derivadas do instrumento Estatísticas da União Europeia sobre Rendimentos e Condições de Vida (EU-SILC) e de pesquisas nacionais, análises de regressão identificam os principais fatores determinantes dos gastos com cuidados de longa duração.

Essas relações estimadas são então aplicadas em um modelo de projeção para os países da OCDE. A análise também inclui três cenários alternativos: um cenário de pressão de custos, um cenário de envelhecimento saudável e um cenário de aumento da produtividade. De acordo com as projeções de referência, espera-se que os gastos públicos com cuidados de longa duração quase dobrem entre 2023 e 2050, atingindo 2,8% do produto interno bruto (PIB) nos países da OCDE – o que reflete aumentos de 0,5 ponto percentual para o componente de saúde (até 1,7% do PIB) e de 0,7 ponto percentual para o componente social (até 1,1% do PIB). Esse aumento é impulsionado pelo número crescente de idosos com necessidades de cuidados – a organização estima que até 2050, a proporção de pessoas com 65 anos ou mais deverá atingir

26,4% da população total nos países integrantes da OCDE, com o envelhecimento demográfico impactando tanto na demanda por cuidados de longa duração, quanto nos recursos públicos necessários para financiá-los.

Além disso, tais pressões ascendentes ocorrerão juntamente com os aumentos projetados em outras despesas relacionadas ao envelhecimento populacional: espera-se que os gastos com pensões públicas e aposentadorias aumentem de 8,8% para 10% do PIB até 2050 e os gastos públicos com saúde de 5,5% para 8,8% do PIB no mesmo período.

Dado que o envelhecimento demográfico é previsível e duradouro, os países têm, segundo a OCDE, a oportunidade e a responsabilidade de planejar e implementar estratégias governamentais abrangentes e de longo prazo a fim de garantir a sustentabilidade dos sistemas de cuidados de longa duração. As principais prioridades incluem antecipar o aumento da demanda, fortalecer e expandir a capacidade da força de trabalho, melhorar a produtividade na prestação de cuidados de longa duração e integrar e alinhar as reformas de cuidados de longa duração com estratégias mais amplas para lidar com os custos mais elevados de aposentadorias e assistência médica. Assim, a análise de cenários – abrangendo pressões de custo, envelhecimento saudável e ganhos de produtividade – destaca a relevância das escolhas políticas na definição das trajetórias de gastos.

Outro interessante destaque durante o período foi o estudo *"Addressing the Costs and Care for Long COVID: The Long Shadow of the Pandemic"*, que se propõe a estimar o impacto econômico da Covid longa nos países participantes da OCDE, tanto a partir dos custos diretos com saúde quanto, de forma mais significativa, dos custos indiretos associados à redução da produtividade e à saída da força de trabalho. É interessante pontuar que a Covid longa é uma síndrome pós-infecciosa aguda caracterizada pela persistência de sintomas após a doença da Covid-19, uma condição nova e complexa que tem um impacto debilitante e, muitas vezes, incapacitante sobre os pacientes e continua sendo não só um desafio ao qual os profissionais de saúde e os sistemas de saúde precisam enfrentar, como também apresenta custos e consequências negativas em setores variados da economia. A exemplo, a organização internacional projeta que tal fardo pode custar até 135 bilhões de dólares estadunidenses por ano na próxima década, o que é comparável ao orçamento anual total de saúde de países como a Holanda e a Espanha.

Assim, o documento resume ainda iniciativas e prioridades nacionais para definir, reconhecer e gerenciar a Covid longa, além de recomendar políticas necessárias para prover cuidados integrados para a Covid longa e contribuir para a construção de sistemas de saúde resilientes e centrados nas pessoas e preparados para quaisquer ameaças futuras à saúde em uma abordagem coordenada e coerente.

A terceira produção promovida na quinzena foi o artigo *"Latest health spending trends and outlook: Balancing resilience and sustainability in challenging times"*, que resume as últimas tendências de gastos com saúde nos países da OCDE, enfatizando que o crescimento dos gastos com saúde em 2024 ainda deve permanecer ligeiramente acima do crescimento pré-pandêmico, refletindo os padrões voláteis de crescimento econômico entre os países nos últimos anos. A pesquisa também compara a trajetória mais recente dos gastos com saúde com os gastos governamentais em outras áreas, como educação, proteção social ou defesa. Com base em

informações orçamentárias de um número limitado de países, o artigo ainda discute os prováveis desenvolvimentos a curto prazo nos gastos com saúde e expõe exemplos de medidas implementadas por países para tornar seus custos com saúde mais sustentáveis financeiramente.

Em paralelo, o documento *"OECD Reviews of Health Systems: Bulgaria 2026"* apresenta uma avaliação da OCDE sobre o sistema de saúde búlgaro, analisando os dados nacionais, suas conquistas e também suas fragilidades e desafios. O documento também fornece apontamentos e recomendações de políticas importantes para o desenvolvimento de um sistema de saúde mais equitativo, eficiente e sustentável, identificando as principais áreas para maior alinhamento com os padrões e as melhores práticas da OCDE no campo da saúde.

Já o relatório *"Scaling Artificial Intelligence in Health"* se debruça sobre a temática da inteligência artificial e sua utilização no setor da saúde. A organização internacional advoga em prol do uso em escala responsável, argumentando o potencial significativo para os sistemas de saúde. No entanto, também compreende as limitações consideráveis à sua adoção, tais como bases de dados fragmentadas, incertezas regulatórias e lacunas na governança e na capacidade da força de trabalho, e, portanto, para que o potencial da IA beneficie a saúde de todos, é necessário equilibrar as forças de mercado e a cultura da saúde.

Observando a implementação de iniciativas dos países membros da OCDE que tentam contornar e enfrentar tais brechas, como o estabelecimento de estratégias e planos de ação na interseção entre IA e saúde, a própria organização elaborou uma lista de verificação de políticas coerente, com o objetivo de orientar a tomada de decisões e a definição de prioridades, bem como evitar pontos cegos.

Desse modo, a lista de verificação é organizada em quatro pilares base: (i) estabelecer facilitadores (para bases de dados, garantir e ampliar a IA e capacitação); (ii) implementar medidas de proteção (para supervisionar e monitorar o progresso em direção a objetivos comuns); (iii) envolver-se de forma significativa com o público, os prestadores de serviço e a indústria; e (iv) implantar IA confiável. Ao longo dos quatro pilares, nove categorias principais de políticas e 43 questões emergiram como críticas para ampliar de forma responsável os benefícios da IA na saúde.

Por fim, os últimos três destaques dessa leva de documentos que abordam mais diretamente o tema de saúde são todas publicações derivadas de uma iniciativa de estudos do projeto SWACHE (*Surveys on Willingness to Pay to Avoid Negative Chemicals-Related Health Effects*, em inglês). Considerando como variadas substâncias com potencial perigoso estão sujeitas a regulamentação, ou podem ser consideradas para regulamentação, com o objetivo de reduzir a exposição e prevenir riscos à saúde humana, o contraste com a escassez de literatura e de estimativas de valorização para a redução de uma série de riscos à saúde que possam ser utilizadas em análises de custo-benefício, particularmente estimativas de disposição a pagar, influenciou o projeto a preencher essa lacuna e buscar estabelecer valores internacionalmente comparáveis para a disposição a pagar a fim de evitar efeitos negativos à saúde decorrentes da exposição a produtos químicos.

Dessa forma, cada uma das pesquisas aborda uma questão de saúde específica e estabelece valores internacionalmente comparáveis sobre a disposição a pagar para evitar efeitos negativos à saúde devido à exposição a produtos químicos, além de fornecer essas estimativas de valorização para uso em análises de benefícios aplicados, com o intuito de orientar a regulamentação de produtos químicos.

A primeira delas é presente no artigo *"Valuing a reduction in the risk of hypertension: A large-scale multi-country stated preference approach"*, que trata da questão da hipertensão e fornece dados para atender às necessidades de análises de benefícios aplicadas para a regulamentação de produtos químicos, divulgando resultados de um novo estudo de preferência declarada que mede a disposição a pagar dos indivíduos para reduzir seu risco de hipertensão em 10 países (Áustria, Bélgica, Canadá, Finlândia, Grécia, Japão, Portugal, Eslovênia, Reino Unido e Estados Unidos).

No artigo *"Valuing a reduction in the risk of miscarriage: A large-scale multi-country stated preference approach"*, a ênfase do estudo é nas preferências declaradas de indiívudos e sua disposição a pagar para reduzir o risco de aborto espontâneo em 9 países (Bélgica, Canadá, Dinamarca, Itália, Coreia do Sul, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos). Ao passo que no artigo *"Valuing a reduction in the risk of an underactive thyroid: A large-scale multi-country stated preference approach"*, seus autores se preocupam com a disposição a pagar dos indivíduos para reduzir o risco de hipotireoidismo em 12 países (Áustria, Canadá, Dinamarca, Estônia, Finlândia, Grécia, Japão, Holanda, Polônia, Portugal, Reino Unido e Estados Unidos).

Referências

Blavet T, Lorenzoni L, Rapp T. Future long-term care expenditure trajectories across OECD countries. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [citado em 10 abr 2026];194. Disponível em: https://doi.org/10.1787/800aba3e-en.

OECD. Addressing the Costs and Care for Long COVID: The Long Shadow of the Pandemic. OECD Health Policy Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [citado em 10 abr 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.1787/87a0c171-en.

Morgan D, Mueller M. Latest health spending trends and outlook: Balancing resilience and sustainability in challenging times. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [citado em 10 abr 2026];193. Disponível em: https://doi.org/10.1787/9fc8d4b1-en.

OECD. OECD Reviews of Health Systems: Bulgaria 2026. OECD Reviews of Health Systems [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [citado em 10 abr 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.1787/aeb810ee-en.

OECD. Scaling Artificial Intelligence in Health. Paris: OECD Publishing, 2026 [citado em 10 abr 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.1787/a436e12d-en.

Hunt A, Holland M, King P, Dussaux D, Bystrom O. Valuing a reduction in the risk of hypertension: A large-scale multi-country stated preference approach. OECD Environment Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [citado em 10 abr 2026];270. Disponível em: https://doi.org/10.1787/9da8057a-en.

Dockins C, Dussaux D, Fung CM, Georgiou S, Griffith C, Simon N, Hu I. Valuing a reduction in the risk of miscarriage: A large-scale multi-country stated preference approach. OECD Environment Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [citado em 10 abr 2026];271. Disponível em: https://doi.org/10.1787/23bb6643-en.

Ahtiainen H, Dubourg R, Dussaux D, Hu I, Nurmi V, Jimenez EL, Rheinberger C. Valuing a reduction in the risk of an underactive thyroid: A large-scale multi-country stated preference approach. OECD Environment Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [citado em 10 abr 2026];272. Disponível em: https://doi.org/10.1787/4af8f3aa-en.